



DECLARAÇÃO DE MADRID

Antes da VI Cúpula dos Chefes de Estado e Governo da União Européia, América Latina e Caribe

As organizações e redes participantes do **V Fórum Europeu - Latino-Americano - Caribenho da Sociedade Civil** declaramos:

A atual crise internacional evidencia os limites de um modelo econômico baseado na desregulamentação dos mercados, no crescimento econômico ilimitado e na redução do Estado às suas funções mínimas. As consequências de tais políticas já impactam a vida das pessoas, especialmente as mais pobres e excluídas.

Trata-se de uma profunda crise sistêmica, com dimensões econômicas, alimentares, energéticas, ambientais e sociais. Segundo a OIT, 200 milhões de trabalhadores e trabalhadoras de países desenvolvidos poderiam ser impelidos à pobreza. Segundo a ODEC/OCDE, na América Latina, 39 milhões de pessoas poderiam cair novamente abaixo da linha da pobreza. Esta crise tem também evidenciado a fragilidade do estado nas nossas nações, tanto o das nações européias como o das Latino-Americanas, assim como o poder das transnacionais. É de extrema urgência redesenhar a arquitetura da governabilidade mundial e reforçar o caráter democrático e participativo das nossas instituições públicas, multilaterais, nacionais e regionais.

Soma-se à situação exposta, o fracasso da Cúpula de Copenhague, tendo em vista que os governos não cumpriram o seu papel de atingir compromissos concretos, diferenciados e compartilhados em relação à redução da emissão de gás carbônico. Não estabeleceram ainda acordos financeiros vinculantes para as políticas de mitigação e adaptação nos países com recursos limitados. Tal situação coloca em risco a sustentabilidade do planeta, o que exige uma ação urgente, eficaz e coordenada durante a próxima Reunião de Cúpula, em Cancun.

Observamos, com grande preocupação, o retrocesso de movimentos democráticos, as violações dos direitos humanos, o aumento da violência contra as mulheres, o aumento da impunidade, a militarização e a escalada de conflitos sociais, culturais e ambientais em ambos os continentes. Lembramos particularmente o golpe de Estado em Honduras, situação inadmissível, que estabelece um precedente intolerável e exige uma resposta enérgica, assim como o não reconhecimento do atual governo hondurenho por parte da comunidade internacional. Nos preocupa também a situação dos migrantes na Europa e, particularmente, a violência organizada que se vive em alguns países. Ao mesmo tempo, nos solidarizamos frente ao desastre humanitário vivenciado no Haiti, que evidencia a urgência em mudar as políticas de desenvolvimento, de cooperação e de ajuda humanitária, evitando a militarização e um maior endividamento desse país.

O papel da cooperação internacional não pode ser reduzido a cobrir as necessidades urgentes e, de forma alguma, esta deve ser utilizada em favor de interesses políticos e comerciais; ao contrário, deve ser direcionada a promover a melhoria das capacidades humanas a longo prazo e reforçar a organização e participação dos povos e dos estados nas decisões fundamentais para o desenvolvimento.

Acreditamos que a crise atual é uma possibilidade para avançar de forma mais decidida nas alternativas de mudança, que compreendam a complexidade e a integralidade dos processos políticos, sociais, ambientais, culturais e econômicos dos nossos continentes.

A crise evidenciou que é necessário ter mais coragem, vontade política e capacidade de fazer propostas por parte dos governos. Por tal razão, fazemos aos governos da União Européia (UE), América Latina e Caribe as seguintes considerações e propostas sobre algumas questões que consideramos relevantes :

1. Construir um modelo de relações entre os governos da ALC e da UE, onde o diálogo político e a cooperação sejam o núcleo principal de vínculos que promovam a justiça social e os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, começando com uma profunda análise e respeito dos modelos de desenvolvimento dos nossos países, suas fragilidades e vantagens.
2. Manter e aumentar os orçamentos públicos destinados ao bem estar social, priorizando: o seguro de desemprego, a saúde, a educação pública, a proteção ambiental, a habitação, a igualdade de gênero e o desenvolvimento infantil. Os governos devem se comprometer na geração de empregos decentes, começando com a aplicação do Pacto Mundial pelo Emprego, promovendo a participação da sociedade civil na aplicação e seguimento do mesmo. Ao mesmo tempo, o aumento da renda dos estados deve basear-se em reformas fiscais diretas e progressivas.
3. Desenvolver uma nova arquitetura de governança mundial, que contribua na obtenção da equidade, mediante a implantação de mecanismos de justiça tributária e comercial em nível global.
4. Introduzir medidas urgentes de regulamentação financeira, tanto dentro dos Estados quanto internacionalmente, para proteger a poupança, promover a produção e combater a especulação através do controle do câmbio e do movimento do capital, assim como a proibição do sigilo bancário, dos centros financeiros extra-territoriais (OFCs) e dos chamados paraísos fiscais. Implementar impostos nas transações financeiras internacionais que sejam mecanismos tanto de regulação financeira como de financiamento adicional para o desenvolvimento, e o combate à impunidade dos crimes econômicos e financeiros. Fazemos um chamado contundente para a elevação dos padrões de compromisso ético público.
5. Interromper a negociação de acordos de associação entre a União Européia e os blocos regionais e países de América Latina e Caribe, pois impõem agendas de negociação do tipo OMC plus, não reconhecem nem abordam as assimetrias existentes entre as partes e não outorgam um verdadeiro tratamento especial e diferenciado. Os acordos devem garantir a soberania, a autonomia e o espaço político e normativo necessário dos governos, assim como privilegiar uma integração regional baseada na complementariedade, no livre comércio e nas

disciplinas comerciais baseadas na concorrência. Ao mesmo tempo, um tratamento especial deve ser dado à agricultura, reconhecendo os princípios da segurança e soberania alimentar, eliminando as distorções geradas por certos subsídios europeus aos preços agrícolas e protegendo assim os pequenos e médios produtores de alimentos.

6. Incentivar genuínos processos de integração dos povos, tanto no marco da UE quanto na comunidade dos países Latino-Americanos e Caribenhos, concretizados em projetos políticos democraticamente compartilhados, baseados nos pressupostos da complementação e coordenação entre os países, sem esquecer as assimetrias regionais. Nos preocupa a ênfase da UE na interconexão, em lugar da integração, e a proposta do Comissão Européia de criar, com recursos da cooperação ao desenvolvimento, um Mecanismo de Investimento na América Latina (MIAL), para financiar mega projetos de interconexão e infra-estrutura, com possíveis impactos negativos no meio ambiente e nas populações locais.

7. Reconhecer os impactos negativos do atual modelo de desenvolvimento no aquecimento global. Nas negociações multilaterais, deve-se superar a meta de redução de emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa da UE de no mínimo 20% para ao menos 30% até 2020. e Garantir que os países emergentes também aceitem medidas de redução obrigatórias e proporcionais. Além disso, garantir que os governos da UE e da ALC se obriguem a contemplar uma redução de 80% nas emissões de gases até 2050.

Fazem-se ainda necessárias medidas financeiras de apoio aos países mais vulneráveis, complementando o apoio oficial ao desenvolvimento, para que possam, desta forma, enfrentar as consequências das mudanças climáticas. Os governos da UE e da ALC também devem considerar os impactos negativos, tanto os sócio-econômicos como no meio ambiente em consequência da produção de bicomustíveis e a sua atual matriz energético-industrial. Além disso, os governos devem garantir que os fundos de adaptação e compensação permaneçam no sistema da ONU e que estejam disponíveis para as comunidades locais e organizações não governamentais (ONGs). Devem impulsionar mecanismos de cooperação bi-regional no âmbito das tecnologias, energias renováveis e gestão de riscos derivados da mudança climática. É imprescindível contar com um marco legal sólido no âmbito da exploração de recursos naturais, bem como um monitoramento adequado em nível nacional e internacional.

8. Fortalecer a capacidade do Estado para regular os investimentos com normas ambientais e sociais, que garantam a diversidade, a riqueza biológica e cultural dos territórios, o patrimônio ecológico da população nativa original e dos descendentes africanos, assegurando seus direitos ancestrais e coletivos frequentemente afetados por diversas atividades extrativas que os desloca das suas terras. Garantir o acesso à água como bem social e direito humano fundamental, promovendo normas não discriminatórias para o seu uso, freando os processos acelerados de desmatamento e desertificação, preservando a biodiversidade dos ecossistemas hídricos e terrestres e protegendo a qualidade do ar e do solo.

9. Democratizar as relações entre os Estados e a Sociedade Civil na ALC, assim como na UE, criando e fortalecendo vínculos e processos de participação do cidadão no desenho, e implementação, avaliação e controle das políticas públicas em nível nacional, regional e bi-regional. Fortalecer a soberania nacional através de processos efetivos de descentralização, regionalização e participação civil, desmantelando práticas que desqualificam e criminalizam manifestações de protesto e expressões sociais. Os governos são obrigados a respeitar e promover os direitos de todos os setores da sociedade civil na participação de mecanismos de

diálogo, garantindo a transparência e o acesso à informação, no marco das negociações internacionais, mas também a aplicação dos convênios, acordos e tratados dos direitos humanos existentes.

10. Perseguir de forma eficaz práticas racistas e xenófobas em todos os países. Nós, rejeitamos o crescimento de grupos e partidos racistas e xenófobos e exigimos a derrogação das leis que criminalizam a migração, especialmente a "Diretiva do Retorno de imigrantes", aprovada pelo Parlamento Europeu em 18 de junho de 2008. As políticas de cooperação da UE ou dos seus estados-membros, juntamente com a América Latina e o Caribe-ALC, não deveriam estar vinculados com objetivos que visem a regular os fluxos migratórios. Ao contrário, a migração deve ser entendida como um direito, um enriquecimento, fenômeno inevitável no mundo atual, e não como uma ameaça.

11. Garantir a existência de um sistema de mídia plural, que promova a diversidade, que permita à sociedade civil administrar os meios de comunicação e que garanta o exercício da liberdade em todos os setores. Por esta razão, chamamos os estados a estabelecer políticas públicas que garantam a comunicação como um direito, considerando-a um eixo fundamental nas políticas de cooperação ao desenvolvimento. Canalizar recursos que favoreçam a inclusão social digital, massificando o acesso às tecnologias de informação, com um maior investimento que garanta a conectividade em áreas pobres e rurais, com custos acessíveis, a fim de promover a apropriação social do conhecimento e incentivar o desenvolvimento de inovações tecnológicas democráticas e acessíveis, que favoreçam a inclusão social e contribuam à para a construção de uma cidadania melhor.

12. Cumprir os acordos assumidos em relação aos montantes da cooperação internacional, onde os governos da UE exerçam um papel pró-ativo na implementação das políticas de financiamento para o desenvolvimento, respeitando o compromisso de conceder pelo menos 0,7% do seu PIB contabilizado, segundo os critérios da AOD.

Nos preocupa muito a redução sistemática da participação dos países da ALC no fluxo total da cooperação oficial ao desenvolvimento. Os novos créditos concedidos à ALC não deveriam ter condições que limitem o desenvolvimento sustentável e as capacidades de investimento público. Ao mesmo tempo, os países da ALC deveriam gerar mecanismos alternativos para adquirir liquidez, através do cancelamento das suas dívidas ilegítimas com auditoria prévia.

13. Por último, os países e instituições da UE como da America Latina devem priorizar políticas que encorajem o desenvolvimento, garantam e promovam os direitos humanos. Além disso, é responsabilidade da UE cumprir a sua agenda de forma coerente com as políticas em favor do desenvolvimento sustentável, implantando imediatamente mecanismos concretos. Assim, tanto os governos da UE como da ALC devem articular e implementar uma agenda comum, para promover a coerência de todas as políticas em favor do desenvolvimento.

Sabemos que a sociedade civil da ALC e da UE demonstraram, através das suas múltiplas organizações sociais e dos cidadãos, ser indispensável na hora de garantir a defesa, promoção e ampliação dos direitos e dos espaços democráticos em nossos continentes. Esse impacto explica-se por nossa autonomia e legitimidade para debater e agir em função de uma ampla agenda de cidadania. Comprometemo-nos a continuar a nossa tarefa de incidência e ação solidária,

fortalecendo os nossos vínculos e parcerias em função destes valores compartilhados. Tendo em vista tal quadro, chamamos a todas as organizações de ambos os continentes para participar das atividades que acontecerão na Cúpula UE-ALC em maio de 2010, tais como o atrelamento de alternativas (Linking Alternatives). Apelamos ainda para que os governos tenham maior abertura a um permanente diálogo político com as nossas organizações no que concerne a agenda de atingimento de direitos e liberdades.

Madri, 16 de março de 2010

Tabela de articulação de associações nacionais e redes de ONGs da América Latina e do Caribe, cujos membros são:

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – Brasil; ACCIÓN – Asociación Chilena de Organismos No Gubernamentales; ALOP – Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción; AMARC ALC- Asociación Mundial de Radios Comunitarias de América Latina y El Caribe; ANC – Asociación Nacional de Centros de Investigación, Promoción Social y Desarrollo – Perú; ANONG – Asociación Nacional de Organizaciones No Gubernamentales Orientadas al Desarrollo – Uruguay; CEAAL – Consejo de Educación de Adultos de América Latina; Confederación Colombiana de Organizaciones No Gubernamentales; Convergencia de Organismos Civiles por la Democracia – México; Coordinación de ONG y Cooperativas – CONGCOOP – Guatemala; ENCUESTRO – Argentina; Latindadd - Red Latinoamericana de Deuda, Desarrollo y Derechos; PIDHDD – Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia y Desarrollo; Pojoaju – Asociación de ONGs de Paraguay; Propuesta Ciudadana – Perú; SINERGIA– Venezuela; UNITAS – Unión Nacional de Instituciones para el Trabajo de Acción Social – Bolivia

Confederação das ONGs europeias para emergências e desenvolvimento CONCORD, cujos membros são:

Plataformas nacionais: Alemanha (VENRO), Austria, Bélgica, República Checa (FoRS), Chipre (CYINDEP), Dinamarca (EU-NGO), Eslovaquia (MVRO), Eslovenia (SLOGA), Espanha (CoNgDe), Estonia (AKÜ), Finlândia (Kehys ry), Francia (Coordination SUD), Grecia, Hungria (HAND), Irlanda (Dóchas), Italia (ONG italiane), Latvia (Lapas), Luxemburgo (Cercle), Malta (SKOP), Países Baixos, Polonia (Grupa Zagranica), Portugal, Reino Unido (BOND), Suecia (CONCORD Sverige).

Redes: ActionAid International, ADRA, Aprodev, CARE, Caritas Europa, CBM International, CIDSE, EU-CORD, Eurodad, Eurostep, IPPF European Network, Oxfam Internacional, Plan Europe, Save the Children, Solidar, F.I. Terre des Hommes, World Vision, Wide.

Outras organizações que assinam individualmente:

- ADOC - Alianza Democrática de Organizaciones Civiles (México)
- Centre Tricontinental (Belgium)

- Centre National de Coopération au développement- 11 11 11 (Belgium)
- CICAP-Centro de Investigación, Capacitación, Asesoría y Promoción (Perú)
- CIFCA (Europe)
- CLADEM - Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer
- Collectif Guatemala (Belgium)
- CONEN - Coordenação Nacional de Entidades Negras (Brasil)
- Dynamo International (Belgium)
- Ecuador Decide (Ecuador)
- Frères des Hommes (Belgium)
- Grupo Social CESAP (Venezuela)
- IEPALA (Spain)
- ILLA Centro de Educación y Comunicación (Perú)
- Movimiento Manuela Ramos (Perú)
- 11 11 11 Koepel van de Vlaamse Noord Zuidbeweging (Belgium)
- Red UE- CAN (Europe)
- Red GE - Red Peruana por una Globalización con Equidad (Perú)